

Editorial: Revelação, inspiração e canonicidade

*Editorial:
Revelation, inspiration and canonicity*

Maria de Lourdes Corrêa Lima

Termos fundamentais para a leitura e pesquisa bíblica, os conceitos de revelação, inspiração e canonicidade exigem esclarecimento. Colocados, em diversas épocas e ambientes, sob forte crítica, ainda hoje não se apresentam como evidentes para muitos. Não poucas dificuldades se apresentam.

1. Primeiramente, o tema “revelação”, embora suposto pelas religiões em geral, exige como pressuposto necessário que se afronte a questão da possibilidade de sua própria existência, particularmente se considerado o contexto da fé e religião judaica e cristã. A possibilidade de uma comunicação divina ao ser humano foi de modo sistemático posta sob severa crítica pelo pensamento racionalista desenvolvido sobretudo a partir do final do século XVIII e integrou seu conjunto programático. Devido a seu princípio de rejeição de qualquer conhecimento que sobrepasse a explicação puramente natural, a religião, quando admitida, se reduziria a um conjunto de crenças religiosas a serem verificadas pelo crivo da racionalidade. B. Spinoza, dentre outros, defendeu uma “religião natural”, isenta de elementos sobrenaturais; para I. Kant, a religião, sob a crítica da razão, poderia no máximo regular o agir humano. Tais concepções, embora apregoadas de forma sistemática já desde alguns séculos, não deixaram de se apresentar ainda hoje, mesmo se revestidas de outras roupagens.

Conexa ao princípio do controle da verdade religiosa pela razão está, em tal crítica, a questão histórica, que levanta a dificuldade de reconstrução dos eventos fundantes de uma dada proposta religiosa bem como de discernimento de sua legitimidade diante de outras múltiplas formas. Nesse sentido, se a Bíblia supõe uma revelação histórica, compreender sua mensagem implicaria basicamente analisar seu contexto histórico-cultural para dali depreender seus conceitos religiosos. Tudo se resumiria numa história da religião judaica / cristã.

Admitida a possibilidade da revelação divina, outras questões se apresentam. De início, a questão de seu conteúdo: trata-se de um conjunto de verdades sobrenaturais, de afirmações marcadas pelo mistério? Ou dela fazem parte também afirmações sobre Deus de cunho filosófico? É ela, ainda, simplesmente um elenco de afirmações a que se deve assentir? De outro lado, qual sua extensão em termos literários e conceituais: a revelação sobrenatural – que supera a possibilidade de conhecimento de Deus pela simples razão – reduz-se à Escritura sagrada aceita pela fé cristã e, parte dela, pelo Judaísmo? Limita-se, assim, à própria fé judaica e cristã? Por fim, qual a sua extensão em termos cronológicos e religiosos: limita-se à época da história de Israel nos tempos chamados “bíblicos” e ao tempo apostólico? Limita-se à comunidade judaica e cristã ou também tem lugar em outros povos e sistemas religiosos?

2. Em segundo lugar, o tema da Inspiração, enquanto relacionada a escritos sagrados. Constitui-se num dado reivindicado, além da fé judaica e cristã, por alguns sistemas religiosos, como o bramanismo/hinduísmo, em relação ao Rigveda e outros escritos seus, ou o Islamismo, em relação ao Alcorão. Nas religiões monoteístas, o tema se liga a uma inspiração verbal, no sentido de que tais escritos são compreendidos como provenientes de Deus, de forma a transmitirem aquilo mesmo que Deus quer dar a conhecer: a sua Palavra, em termos judaicos e cristãos. Aqui, porém, a questão é a de como compreender a proveniência desses escritos: trata-se de um livro descido do céu, de uma comunicação feita a intermediadores privilegiados, que registram por escrito o que “ouvem” diretamente da divindade, sem interferirem, de nenhum modo, na mensagem, como que “psicografando” o que recebem? Ou haveria outra explicação?

3. Por fim, a questão da canonicidade é o ponto de chegada dos outros dois conceitos, na medida em que significa o reconhecimento, por uma comunidade, de um escrito como sagrado e, portanto, normativo. Como tal, é um conceito próprio da teologia cristã, embora a ideia a ele subjacente – a da avaliação e reconhecimento de um escrito e seu uso comunitário – esteja presente também na fé e religião judaica. As dificuldades aqui são ao menos duas: a possibilidade de uma instância normativa que “defina” os limites do *corpus* literário sagrado; e os critérios para tal discernimento.

4. As comunidades cristãs procuraram, no decurso dos séculos, precisar o sentido desses conceitos e, diante das críticas a eles contrapostas, dar resposta aos seus questionamentos.

Na perspectiva da fé cristã, para a conceituação de Revelação alguns pontos se apresentam como balizas. Trata-se, em primeiro lugar, daqueles elementos que se ancoram numa antropologia filosófica que parte da evidência e do senso comum. São eles: a consideração da natureza humana como dotada de razão e aberta ao Absoluto – o que implica sua capacidade de receber a comunicação divina; a possibilidade de Deus, criador da pessoa humana, ser ele mesmo um ser pessoal e, portanto, capaz de se comunicar a suas criaturas.

Afirmada, dessa maneira, a possibilidade real da Revelação, seu conceito merece consideração. Por admitir a realidade divina e, com isto, o sobrenatural, que, sem se opor à razão, implica uma forma distinta de conhecimento (a fé), a noção de “revelação” na fé e teologia cristãs contrapõe-se, por princípio, à sua redução à pura racionalidade. Assim como, igualmente, rejeita a noção de um conhecimento reduzido a dados misteriosos, que supusesse a exclusão da reflexão racional.

Além disso, como comunicação entre seres pessoais, na concepção cristã a Revelação, como tal, implica a totalidade do ser: não somente o aspecto intelectual (a comunicação de verdades), mas o dado existencial, a expressão de si mesmo através do que é comunicado e do modo como é feito, a autodoação ao outro sem se tornar o outro, mas oferecendo-lhe não só algo de seu, mas sua própria pessoa. Implica, assim, o reconhecimento do destinatário da comunicação como alguém capaz de receber e responder: é uma comunicação que visa resposta, correspondência.

Nesse contexto, a Revelação não pode ser limitada a um conjunto de verdades – sejam elas sobrenaturais ou afirmações sobre Deus unicamente a partir da razão natural. Mesmo se inclui verdades que definem e identificam o pensamento cristão, é mais do que isso: é um acontecimento. Com as palavras da *Dei Verbum*, documento do Concílio Vaticano II sobre o tema: “Em virtude desta revelação, Deus invisível (cf. Cl 1,15; 1Tm 1,17), na riqueza do seu amor, fala aos homens como amigos (cf. Ex 33,11; Jo 15,14-15) e convive com eles (cf. Br 3,38), para os convidar e admitir à comunhão com Ele” (n. 2).

Em relação à questão da extensão da Revelação a outros sistemas religiosos para além da fé judaica e cristã, de um lado, e da sua extensão diacrônica, a fé cristã coloca um claro critério. No que tange à revelação sobrenatural, isto é, àqueles dados que sobrepõem aquilo a que a simples reflexão humana pudesse chegar, a encarnação do Lógos divino em Jesus Cristo implica necessariamente que nela tenhamos a máxima comunicação de Deus – sua Palavra num homem concreto cujas ações humanas são igualmente ações

divinas (atos teândricos). Com os termos de R. Latourelle: “Seria tão impossível imaginar uma nova revelação no futuro como imaginar a encarnação de um novo Filho de Deus” (*Teologia da Revelação*. São Paulo: Paulinas, 1985³, p. 384)

Por este mesmo fato, em Jesus Cristo e só nele consolida-se a totalidade da Revelação de Deus, de modo que em outros sistemas alheios ao Cristianismo podem haver elementos que, mesmo sem perderem seu valor, não podem, no entanto, por princípio, nem substituir nem complementar a revelação de Deus em Cristo (*Dei Verbum*, n. 2; *Dominus Iesus*, n. 5). Em relação ao aspecto diacrônico, o mesmo princípio vale. Isso, porém, não significa que a revelação divina cristalizada em Cristo, que dá a todas as etapas precedentes seu significado e funda uma nova realidade, não possa ser, em cada época, em cada cultura, mesmo em cada indivíduo, recebida, percebida, aprofundada, aplicada, desdobrando-se assim seu sentido e, com isso, tornando-se viva e atuante nos vários momentos históricos (*Dei Verbum*, n. 8).

Admitida a possibilidade da revelação e tematizada nestes termos, prepara-se o terreno para a compreensão do que a teologia cristã denomina “inspiração”, aqui termo técnico para o processo que preside a colocação por escrito da comunicação divina e sua fixação nos escritos sagrados. Já a análise literária dos diversos textos, na diversidade de línguas e estilos, de vocabulário e acentuações teológicas, ainda no cenário histórico e cultural que deixam entrever, impõe que esses mesmos textos não cheguem ao ser humano prontos da parte de Deus. Por outro lado, como então considerá-los verdadeiramente palavra divina, se os traços dos autores humanos se veem neles com tanta nitidez? A explicação supõe uma tal interação entre Deus e o escritor humano que os dois polos – a comunicação divina e a atividade humana – se conjuguem de tal modo que nem um nem outro sofra qualquer diminuição. Se, no decorrer das épocas, diversas foram as propostas por parte dos teólogos que se dispuseram a pensar sobre isto, a explicação que culminou no texto da encíclica “Providentissimus Deus” (Leão XIII, 1893) firmou a concepção de que a ação divina, sem retirar em nada a liberdade humana, está presente nas várias fases que preparam e acompanham a elaboração da obra. Sem dúvida, uma interação única e misteriosa, que, porém, encontra não poucas analogias na própria experiência do contato com Deus na vida ordinária.

Como Palavra divina expressa em linguagem humana, os textos bíblicos, porém, não se impõem por si mesmos como sagrados. Esta sua qualificação é fruto do reconhecimento da comunidade crente no qual tiveram origem e foram

recebidos: o Judaísmo, para os escritos do Antigo Testamento (alguns testemunhos do próprio texto bíblico são Ne 8,1; 2Mc 2,12-13); e a geração apostólica, para os escritos do Novo Testamento (2Pd 3,15) – incluindo esta última instância também os próprios escritos veterotestamentários (1Tm 5,18), enquanto são reconhecidos e aceitos como partes integrantes Escritura cristã. A delimitação de um cânon, dessa maneira, é uma questão teológica que implica a relação entre Sagrada Escritura e Igreja. Tem como critério último o anúncio e a vida de Jesus Cristo, cujos atos e palavras foram transmitidos pela pregação apostólica.

As considerações acima põem em evidência a relevância, para os estudos bíblicos, dos temas sobre os quais versa o atual número de ReBiblica: Revelação, Inspiração, Canonicidade. Diante da multiplicidade de concepções encontradas em referência a cada um deles, o endereçamento adequado de seu entendimento condiciona toda leitura da Escritura em suas diversas formas, incluindo a análise exegética. Na compreensão e interpretação dos textos bíblicos, segundo a visão cristã, trata-se de três termos de fundamental importância, que se entrelaçam numa dependência lógica, espelhada no próprio título do dossiê do presente volume: a concepção de revelação tem consequências para o modo de compreender a inspiração bíblica, que baseia o entendimento da canonicidade dos escritos, além de reverberar também no estabelecimento dos limites do elenco dos livros sagrados. No limite da possibilidade da compreensão e da linguagem humanas, dedicar-se à reflexão sobre cada um deles, sobre sua interrelação e sobre sua ressonância para a leitura dos textos permanece uma tarefa impreterível para todos os que buscam adentrar-se com responsabilidade no conhecimento da Escritura.

Maria de Lourdes Corrêa Lima

Doutora em Teologia Bíblica pela Pontifícia Università Gregoriana
Docente no Departamento de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do
Rio de Janeiro

Rio de Janeiro / RJ – Brasil
E-mail: mllima@puc-rio.br